A PERIFERIZAÇÃO NA CIDADE DE ARAGUARI: ESTUDO DE CASO: BAIRRO NOVO HORIZONTE

Helaine Maria Naves dos Santos[1]

INTRODUÇÃO

A segregação espacial demonstra as desigualdades entre as classes sociais, pois, a apropriação do solo urbano é diferencial de acordo com o poder aquisitivo que possuem os moradores, tornando o sistema concentrador e excludente gerando desigualdades e interferindo diretamente na forma de habitar das pessoas.

Isso se torna mais, nítido, quando a concentração e a estruturação das cidades se dão de acordo com interesses políticos e econômicos, desconsiderando as necessidades e qualidade de vida de suas populações.

Em muitas situações a população ocupa áreas não identificadas como sendo urbanas, gerando loteamentos clandestinos, devido à falta de mecanismos institucionais que atendam a população proporcionando um uso adequado e igualitário do solo urbano.

OBJETIVO

É neste contexto que este trabalho tem como objetivo descrever a segregação espacial na cidade de Araguari-MG, especificamente no Bairro Novo Horizonte, que surgiu clandestinamente, incorporado pela prefeitura na malha urbana ainda continua sem infraestrutura adequada e igualitária, como asfalto e rede de esgoto, demonstrando a valorização do solo urbano como mercadoria.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na realização deste trabalho constituiu na realização de trabalhos de campo no Bairro Novo Horizonte, entrevista a moradores do Bairro, levantamento bibliográfico e de informações no arquivo da Prefeitura Municipal da cidade de Araguari.

O ESPAÇO URBANO

O Objeto de estudo da geografia é a espacialidade da sociedade, pois, como diz CARLOS (2001),

“A cidade é a relação do homem com a natureza, a relação do homem com o homem”

[1] UFU; helaine.santos@bol.com.br

.

A geografia consolida sua história buscando compreender como os lugares se tornam diferentes através das relações existentes entre os homens e entre este e a natureza.

> *O objeto da geografia é, portanto, a sociedade e a geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial. (CORRÊA, 1986 p. 53)*

O homem apropria-se do espaço e o torna produto de suas relações e vivência diária, contribuindo com a produção e reprodução do mesmo.

A organização espacial é produto da ação humana ao longo do tempo, sendo reflexo das atividades sociais.

> *Localizar-se em algum lugar do espaço traz em si a idéia de conteúdo social, através do qual o indivíduo participa do processo de produção. (CARLOS, 1982 p. 10)*

É através da produção social do espaço que este toma forma e conteúdo, sendo baseado no modo de vida que leva a sociedade em um determinado tempo, criando condições para que as próximas gerações possam se reproduzir.

Diante deste contexto, o espaço constantemente modifica seu significado à medida que o processo histórico avança, e isso é decorrente da necessidade que possui em reproduzir-se e em sobreviver.

É necessário que se criem no próprio processo de produção, as condições de sua reprodução e sendo assim, o processo de produção é também o de reprodução.

A partir da análise que é feita do espaço, é possível entender quais são as relações que o deram origem, pois desse modo indica-se que cada momento histórico produz um modo de vida e uma estruturação do espaço correspondente.

> *É visto que a sociedade produz historicamente o espaço, então o espaço produzido possui um caráter social. (GOMES, 1991 p. 28)*

Nesse processo o espaço serve cada vez mais às necessidades de quem o produz e reproduz.

Sendo assim, a cidade torna-se a expressão da reprodução material do homem refletindo em todas as partes características dos grupos sociais que a criaram, constituindo o fruto do trabalho social.

E é devido a essa diferenciação na divisão social do trabalho que reflete na produção do espaço que cada cidade possui sua organização espacial específica. E por isso, deve ser estudada de acordo com suas diferenças.

São nos bairros periféricos que as cidades expressam melhor as suas características de produção do cotidiano da vida urbana, onde o espaço é reproduzido todos os dias enquanto a utilização do solo urbano, desempenhando funções particulares que os tornam na parte da vida urbana.

O espaço geográfico é produto, condição e meio de toda atividade humana. Os bairros deixam bem nítido o quanto o processo produtivo é um meio de produção concreta, nascido do trabalho, uma resposta do homem as suas necessidades.

> *O espaço é um produto histórico que sofreu (e sofre) um processo de acumulação técnica cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz. (CARLOS, 1982. p15).*

As cidades se expandem e se alteram em seu processo de crescimento e os problemas urbanos, embora com diferentes aparências, estão contidos e se explicam através desse movimento concreto de crescimento.

O espaço capitalista é um mundo de interesses que nem sempre representa a maioria. Ele é dinâmico e respeita o próprio movimento do capital.

Nesse contexto o espaço é explorado e banalizado, e as possibilidades de ocupá-lo são sempre crescentes, não importando os anseios da população local.

E por ser pensado de acordo com as tendências turísticas, afirma BOABA (1991 p. 19) que:

> *São insatisfatórios os objetos não adequados às exigências da população. Alguns espaços urbanos, algumas alternativas de transporte, por exemplo, são verdadeiras fontes de insatisfação. Para evitar, na medida do possível, que a insatisfação se reproduza, é indispensável refletir sobre a estrutura dos objetos.*

A NECESSIDADE DO PLANEJAMENTO URBANO

Planejar é antecipar decisões, é optar entre o presente e o futuro, é um meio para que possa ser atingidos um objetivo, um método de pesquisa análise e diagnóstico em que é prevenida e ordenada ações e mudanças necessárias.

> *Planejar significa prevê a evolução de um fenômeno ou, para dize-lo, de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os*

> *desdobramentos de um processo, com objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversa mente com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. (SOUZA, 2002, p 46).*

A ação planejada visa resolver os problemas presentes e prevê soluções para as situações futuras, buscando com isso evitar ou amenizar problemas, promovendo para a sociedade localizada em determinada área ou espaço, qualidade de vida e justiça social para todos, sendo estes últimos índices indispensáveis para o desenvolvimento sócio-espacial. No que tange a melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades tanto básicas quando não básicas tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população. Quanto do aumento da justiça social trata-se de uma discurssão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social.

> *Dois exemplos interligados podem ajudar a concretizar a compreensão deste conceito: os indivíduos devem ter acesso a equipamentos culturais urbanos garantidos, não só por lei, mas também materialmente (condições efetivas de acesso), independentemente de sua etnia e de sua condição de portadores ou não de deficiência física, ou seja, deve-se dizer que o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida, e nenhum dos dois objetivos é, em última análise, mais importante que o outro ambos são imprescindíveis. (SOUZA, 2002. p.62-64)*

É importante ressaltar que para o planejamento alcançar todos os níveis e dimensões de uma região, área e/ou cidade sua elaboração não deve ser feita por um técnico apenas, contudo a equipe precisa ser interdisciplinar que alcance as diversas áreas do conhecimento, ou seja, o grupo de trabalho é composto por conjunto diversificado de profissionais com capacidade de análises diferentes, mas que ao mesmo tempo seja integrada aos demais planificadores, tendo assim uma visão ampla da ação e mudanças a serem planejadas e aplicadas.

A verdadeira interdisciplinaridade pressupõe uma cooperação intensa e coordenada, sobre a base de uma finalidade (e de uma problemática) comum.

> *O planejamento deve ser interdisciplinar por excelência, a pesquisa social aplicada, com a qual se busca explicitamente contribuir para a superação de fenômenos tidos como problemáticos e negativos, demanda intensa e coordenada cooperação entre saberes disciplinares variados. A necessidade de diálogo, de aprendizado mútuo e de superação de fronteiras artificiais fica ainda mais evidente quando se trata de pensar para além da problemática, buscando refletir também sobre as soluções. (SOUZA, 2002. p.98).*

Com isso o planejamento desenvolve-se frente a necessidades de enfrentar desafios gerados pelas novas condições de vida e anseios da sociedade urbana, inserida em um mundo globalizado e dinâmico. Cada vez mais as cidades crescem de forma desorganizada sem direcionamento, com situações desconfortáveis, sem qualidade de vida, a urbanização acelerada e seguida de uma falta de orientação e planejamento quanto ao crescimento urbano e a acomodação de seus habitantes, acarreta problemas e situação essa que comprova a necessidade de planejar, para solucionar e prevenir desconfortos à vida urbana.

Levando em consideração os problemas da vida urbana "o planejamento, inicialmente teve a preocupação básica com as condições sanitárias dos bairros e das habitações". (Filho, 1989. p.6).

O planejamento "Busca uma visão de futuro, a partir da realidade atual que nos permita evoluir dentro de condições preestabelecidas que capacitem à sociedade urbana para enfrentar desafios e obstáculos, dentro de seus próprios termos, minorando aqueles impostos de fora.

Sendo que a questão não é simplesmente o que devemos fazer amanhã, mas sim o que devemos fazer hoje, de forma a estarmos preparando para o amanhã" (LOPES, 1998. p 87).

Se a organização atual das cidades é bastante complexa, o que não dizer da sua projeção futura. Em uma comunidade diversificada, com um governo complexo, operando em um mundo incerto, é necessário um pensamento consciente e organizado.

Porém para que a ação planejada seja ordenada e feita de forma consciente é exigido esforço da parte de lideranças governamentais que se empenhem na mobilização dos diversos setores da sociedade, na consulta e coleta de dados, na discussão seria e abrangente, obtendo uma conclusão em que seja levada em conta uma implementação conjunta e direcionada em relação aos reais anseios da população e da administração municipal da área a ser planejada.

A cooperação dos diversos setores da sociedade no que tange a ação planejada levará a como diz SANTOS, 1988. p 54.

A formulação de uma imagem coletiva e se existir essa imagem coletiva haverá uma referência básica que servirá de marco para quem for dali. Novos espaços agregados, alterações na forma de ocupar a terra, o que quer que seja feito não irá gerar grandes conflitos ou desvinculações notáveis se forem seguidos os padrões que todo mundo conhece, a estrutura que todo mundo conhece, a estrutura que todo mundo "projeta" junto, o resultado será sempre uma soma com todas as chances de harmonia.

Dentro da prática comunicativa, um dos pontos mais importantes do Planejamento Estratégico das cidades é o estabelecimento de um efetivo arcabouço de cooperação público-privado. Essa cooperação tem como objetivo uma visão mutua de como a cidade poderá evoluir, com o objetivo de coordenar ações individuais ou comunitárias para a busca e a implantação de objetivos consensuais.

> *É uma significativa evolução na postura dos governantes locais e na atitude da comunidade privada em uma nova consciência de deveres, responsabilidades e ações na busca de uma visão consensual do objetivo de construção da cidade. (LOPES, 1998, p 88).*

Devido a essa ação, ocorre um desperta de consciência para a questão de que a construção de uma cidade é tarefa comum de toda a sociedade, que atua inserida na administração pública, dos diversos setores de empresas, entidades instituições e populações em geral.

O processo participativo permite a escolha inteligente de estratégias de desenvolvimento urbano a partir de visões introspectivas e exteriores da realidade conhecida.

> *A tradução dessa visão em objetivos determináveis e factíveis permite a execução de um programa de ação com chances de sucesso, capaz de acelerar o processo social da sociedade urbana. (LOPES, 1998, p. 88).*

Por outro lado quando ocorre na planificação urbana, interesse antagônico, segundo circunstâncias particulares, de uma classe dominante que impõe sobre a ação planejada seus privilégios e influência, corre-se o risco de que os problemas locais sejam mais agravados.

> *Se apenas alguns tiverem acesso as normas e puderem altera-las com exclusividade, provoca-se o desequilíbrio. (SANTOS, 1988, p 51).*

Por haver um cálculo político no planejamento torna o aberto a várias influências, desde que valorizadas pelo mercado.

E é por isso que o planejamento urbano deve dar condições para que o cidadão possa opinar na construção do espaço, pois quem melhor que a população conhece as reais necessidades e problemas da cidade em que vivem. É preciso existir uma interação entre técnicos para que o planejamento possa ter sua ação acertada, ambos devem ter o mesmo objetivo e é responsabilidade do “especialista (urbanista, engenheiro, arquiteto, planejador) assumir um novo papel dentro de tal perspectiva. Ele é aquele que segue a partida com interesse, procura esclarecer dúvidas e pontos obscuros e funciona como mediador,

aconselhando a atualização de estatutos e modos de agir, à medida que verifique sua superação. Todos se sentirão responsáveis e acompanharão os efeitos e conseqüências com envolvimento, ao mesmo tempo pessoas e coletivo. As pessoas deverão ser incentivadas a colaborar na sua aplicação e todos se tomarão fiscais do que for da compreensão e interesses comuns.

Além da participação popular, é importante ressaltar que para o planejamento ser implantado com sucesso ele não deve ser seguido de objetivos e passiveis de serem implantados na realidade para qual a ação esta sendo planejada, ou seja, a planificação não deve estar somente na teoria, mas também em sua prática, pois, são para serem colocados em prática que os planos são feitos. E seria esta a situação de maior ocorrência no Brasil em que existem maravilhosos projetos de intervenção urbana, mas que não solucionam os problemas ou gera satisfação, pois, os técnicos planejam mais não conseguem adequar o planejamento a sua implantação, porque não foram criados com a intenção de serem "usados" permanecendo como um simples documento de cumprimento da lei.

A falta de objetivos mais precisos, a inconsistência entre as proposições dos planos e os instrumentos controlados pelas autoridades locais e a descontinuidade administrativa estão entre as principais causas das dificuldades encontradas para a implantação dos planos. Além do mais, a maioria dos Planos Locais ficam limitadas a diagnósticos das economias municipais.

> *Existem os planos, mas faltam os mecanismos necessários à sua implantação e acompanhamento. (TOLEDO, 1978, p.42).*

Além do mais sua aprovação deve ir de encontro às necessidades e prioridades da população. Sendo que sua implantação deve ser feita de acordo com a realidade particular e econômica de cada município.

Para que se possa planejar uma ação em determinada área e preciso ser feita uma coleta de dados do passado e das circunstâncias do presente então o planejamento conhecerá a região, sua historia, sua evolução e os seus reais problemas, o diagnóstico possibilitará entender e compreender quais são as situações que precisam de mudanças, soluções e também aquelas que precisam ter seu crescimento orientado, direcionado para que aconteça o desenvolvimento e o mínimo de satisfação a todos. As autoridades devem ter a faculdade de avaliar, aprovar e executar projetos de natureza comum à região.

A constituição federal de 05 de Outubro do ano de 1998 ofereceu aos municípios um importante instrumento para o seu desenvolvimento, dando-lhes condições de estarem eles próprios elaborando suas próprias lei, mostrando que o instrumento básico da política de desenvolvimento em expansão urbana é o Plano Diretor.

O Plano Diretor deve ser encarado como a busca de alternativas para administrar os conflitos de interesses e como um meio básico de negociação, tendo como objetivo a interferência no processo de desenvolvimento local a partir de uma compreensão global dos fatos políticos, sociais, econômicos e financeiros que condicionam a evolução do município e às vezes contribuem para a ocupação desordenada do espaço urbano.

É importante ressaltar que o Plano Diretor é de intensa conveniência para todos os municípios, uma vez, que esse se apresenta como iniciador maior para a sua política de desenvolvimento, e uma forma de incorporar o planejamento às suas realidades políticas e sociais.

O desenvolvimento urbano necessita de políticas voltadas para o controle do processo de urbanização, orientando o crescimento das cidades, com um melhor aproveitamento das riquezas e potencialidades do município, visando a melhoria das condições de vida de suas sociedades.

E dessa forma o seu conteúdo necessita ser abrangente. Ele deve abordar todas as dimensões necessárias ao processo de crescimento. Contemplando a necessidade de compreender as inter-relações entre o desenvolvimento político, social, econômico, espacial, administrativo e financeiros, tendo em analise a identificação das possibilidades concretas da intervenção do poder público municipal.

Para que o Plano Diretor tenha uma boa execução é de fundamental importância o acompanhamento das principais atividades desenvolvidas na região, com o propósito de voltar às decisões de caráter administrativo para a defesa dos interesses do município.

A execução do Plano Diretor é uma tarefa que extrapola a ação administrativa da Prefeitura, o cumprimento das diretrizes do desenvolvimento municipal não cabe exclusivamente ao poder Executivo. A implementação do Plano Diretor requer mais do que competência técnica exige a ativa cooperação de todos os segmentos representativos da sociedade, sem a qual nenhum bom resultado poderá ser conseguido, desta forma, o Plano deixa de ser de alguns para ser de todos, construindo a partir dos diferentes setores sociais, fazendo que coletivamente, ocorra a sua elaboração, implementação e sua natural e necessária revisão. Motivando assim a revisão das estratégias originalmente adotadas, permitindo mudanças que venham a ocorrer na realidade local, tornando o planejamento um processo dinâmico, transcendendo uma gestão administrativa tendo em vista objetivos gerais e integrados.

Além do mais deve ser aprovado politicament-+e indo de encontro às necessidades e prioridades da população. Sendo que sua implantação deve ser feita de acordo com a realidade particular e econômica de cada município.

Segundo o Estatuto da cidade, o Plano Diretor deve ser aprovado por lei municipal, constituindo um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, estando integrado ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anula, institucionalizando, com isso, o processo continuo e permanente de planejamento.

> *A preocupação em ordenar a cidade de Araguari ocorreu em meados do século XIX, com a existência de um cargo político denominado Alinhador, cuja função era providenciar o traçado da cidade. (MAMERI, 1988 p3.).*

O alinhador procurou definir novos espaços para a abertura de novas ruas e a construção de novas praças. Possuindo o objetivo de dar um formato agradável aos olhos dos cidadãos, criando linhas funcionais e belas.

Em meados dos anos de 1890 a função de alinhador foi perdendo prestígio, para os engenheiros contratados pela administração municipal, para tratar do traçado urbano. Estes deram importantes contribuições técnicas, para as vias de circulação.

Os engenheiros passam a estruturar a cidade com ruas largas, muitas avenidas e canteiros centrais.

No entanto a partir da década de 1950, o planejamento de ruas, avenidas, parques e jardins não mais seguiram os padrões adotados no século anterior.

A cidade foi crescendo de modo desordenado, com a multiplicação de residências e loteamentos, ruas e avenidas que não levaram em consideração o traçado original, desenvolvido por Achilies Wildulick, comprometendo assim a beleza urbana da cidade, bem como acarretando uma série de transtornos urbanos; como ruas sem saída, descontinuidade de vias, desuniformidade dos acessos, loteamentos desordenados que por incorrerem no improviso e na especulação imobiliária levaram a uma periferização da cidade. As práticas políticas adotadas construíram um modelo excludente onde muitos perderam e pouquíssimos ganharam.

O processo de urbanização da cidade de Araguari ocorreu de forma gradual, assistemática; os bairros foram surgindo espontaneamente, ou foram criados através de divisão de glebas de terras.

No entanto, em virtude de uma urbanização sem critérios técnicos, a memória dos bairros e sua função social foram perdidas ao longo do tempo. A cidade chega em 2004 com aproximadamente 50 denominações de bairros, porém muitos destes não são reconhecidos por seus próprios moradores, bem como para uma grande parte da população araguarina. Assim sendo, grande parcela da população, não consegue criar uma identidade comum diante das variações nominais de seu território.

A indefinição dos limites e nomes dos bairros se repete nas denominações de vias públicas e nas numerações de logradouros. Há um grande número de ruas e avenidas com duplicidade de nomes (em alguns casos triplicidade, ex: Rua Guarani, Pernambuco...).

A numeração não possui coerência, visto que num mesmo seguimento os números seguem uma ordem crescente, decrescente e novamente crescente; dificultando a vida dos profissionais que trabalham com entrega de produtos e mercadorias, bem como a entrega de correspondências, contas de água, luz, telefone dentre outros.

Diante desta desorganização, uma das atribuições do Plano Diretor é a de orientar o processo de expansão urbana, bem como de desmistificar os limites de cada bairro, dando-lhes uma delimitação oficial, objetivando-se ordenar e minimizar os problemas urbanos pretéritos. O Plano Diretor ainda tem a função de definir políticas de denominação de logradouros públicos e numeração de residências.

Todo ordenamento proposto pelo Plano Diretor se baseou na vontade da população, que participou intimamente do processo de definição de diretrizes quanto ao processo de numeração de logradouros públicos, nomeação de vias e delimitação dos bairros. Os representantes de bairro presentes defenderam com muita garra e determinação os interesses dos moradores por eles representados, no entanto não houve atritos entre os mesmos.

BAIRRO NOVO HORIZONTE EM ARAGUARI - MG

Descrever a urbanização de uma determinada área é uma tarefa complexa, pois, é necessário considerar aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos e até mesmo culturais. No processo de expansão urbana de uma cidade há surgimentos de áreas próximas e distantes do núcleo original de povoamento, evidenciando diferentes momentos desse crescimento. (MIRANDA, 1998 p20).

O Bairro Novo Horizonte na cidade de Araguari, constitui-se em um bairro periférico distante, espacialmente falando, do restante da cidade, sendo que este originou-se de uma ocupação espontânea de terras as margens do outro lado da Rodovia que corta a cidade, por isso é possível dizer que existe até mesmo uma segregação espacial desse bairro com o restante da cidade

Devido a ocupação deste Bairro ter acontecido de forma espontânea sem planejamento por parte do poder público que ordenasse o seu crescimento, ou por seu povoamento não ter sido realizado por nenhuma loteadora, ocorrem alguns problemas sérios devido a carência de infra-estrutura, transporte coletivo adequado que realmente atenda as ne0cessidades da população, por exemplo.

As dificuldades mais comuns enfrentadas pela população em geral, como já foram citadas estão relacionadas com a falta de infra-estrutura. É grande a ausência de galerias pluviais na maioria dos bairros, sendo que as existentes não atendem a demanda e são utilizadas de maneira inadequada por receberem de modo clandestino, o esgotamento de inúmeros domicílios, sendo que uma grande quantidade de casas tem em seus banheiros fossas construídas pelos moradores nos quintais das casas, sem a existência de vasos sanitários e os banheiros localizados nesses próprios quintais, do lado de fora das residências. O problema é social e ambiental, pois existe um grande risco de contaminação por doenças transmissíveis tanto para a população que habitam o local como para os animais como com a degradação ambiental ocorrida pela existência dessas fossas, na cidade que possui além de tudo uma grande extensão de lençol freático. Este bairro é classificado pela Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Zoonoses, como sendo um dos principais bairros a ter foco de Dengue.

Falta também asfalto em todo o Bairro, sendo que este possui mais de 50 anos de existência, neste Bairro somente a rua principal, que interliga o bairro com o restante da cidade, é que possui asfalto. Quando chove há problemas de alagamento e lama, dificultando o acesso dessa população há área central da cidade.

Faltam também distribuição de água, muitas casas tem sua água buscada em casas de vizinhos.

Existe também um grave problema de violência, por ser um Bairro periférico distante, de população carente de recursos financeiros, muitos marginais ocupam o lugar, sendo que a população que habita o Bairro possui dificuldades com assaltos, brigas, assassinatos, drogas, agressões dentre outras situações.

A população também encontra transtornos com a oferta de transporte coletivo. O transporte não a grande maioria da população só passa pela ruía principal, Otacílio Pinto, de uma em uma hora, com atrasos, sendo que quando o veículo estraga a empresa não disponibiliza outro, deixando essa população sem transporte, muitos necessitam desse meio de condução para poder ir ao trabalho, ao centro e escolas.

E por ser construído distante do centro comercial da cidade, gerou se problemas de locomoção, segurança pública, educação, aparelhagem pública de lazer, infraestrutura, etc. Como exemplo podemos citar o Bairro São Sebastião, que abriu precedente para a construção do Conjunto Mauá, o surgimento do Bairro Vieno e expansão do Bairro Goiás (parte alta). Somados aos problemas da periferização, há entre estes bairros citados e a cidade uma linha férrea que limita a interligação dos mesmos; dificultando o crescimento e desenvolvimento para estas populações.

A baixa renda de uma parcela da população, obriga a construção de inúmeras casas num mesmo terreno, sem um planejamento, sendo muito presente autoconstrução. Tais adensamentos geralmente se tratam de familiares ou então são usadas como fonte de renda, aproveitando o máximo do terreno com a construção de casas simples (uma água/edículas) com a finalidade da locação.

Toda essa situação enfrentada por esses moradores do Bairro Novo Horizonte demonstra o descaso do poder público em solucionar os problema existentes, planejando e oferecendo melhores condições de morar com qualidade de vida e com justiça social para todos.

É necessário a adoção de políticas habitacionais a fim de amenizar os problemas urbanos, como o processo de favelização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais e a vida da população vão ser orientadas de acordo com a organização do espaço, pois para a sociedade estar em um espaço ordenado, com arquitetura, urbanismo, paisagismo harmônico, bem como boas condições de mobilidade, acessos e ótima infraestrutura não é a mesma coisa que pertencer a um espaço desordenado, também as relações sociais e a qualidade de vida não serão as mesmas.

> *O espaço surge muitas vezes, não como resultado natural da evolução sócio-cultural da humanidade, mas como produto intencional e não-intencional de uma ordem estabelecida desorganizando-a, às vezes, e tumultuando-a. (BARRIOS; SANTOS, 1986 p. 5).*

Esses bairros ditos periféricos e segregados socialmente buscam primeiramente, melhorar a situação no local, retomando lógicas anteriores de melhoria das habitações e dos equipamentos, juntando aí questões do enquadramento social, da formação e do acesso ao emprego, assim como da segurança pública, segundo dosagens variadas, acompanhando as conjunturas políticas governamentais. Mas, se nelas juntou-se o diagnóstico que a crise dos bairros resultava da concentração excessiva das populações desfavorecidas, a questão da segregação urbana.

A questão da segregação é, pois, identificada hoje, essencialmente, como à crise dos conjuntos de habitação social da periferia, considerados como a tradução espacial da exclusão social. A segregação é a expressão da distribuição espacial das classes (seja com base em critérios de renda ou ocupação)

Essa se constitui como sendo uma “segregação imposta” que leva a reflexão sobre a lógica da dinâmica imobiliária, que leva a origem de bairros clandestinos, por parte de

pessoas que não conseguem se reprodução e ocupar o solo urbano altamente valoriza e valorado pela especulação imobiliária, sendo este o principal fator de exclusão das populações de bairros segregados, sendo que o Bairro Novo Horizonte em Araguari não se encontra distante da realidade refletida sobre segregação social.

Os Bairros "socialmente periféricos" das cidades são uma riqueza, não um problema o que é preciso é o poder público olhar para essa área e planejar seu desenvolvimento. Isso com certeza garantirá o futuro da cidade, pois a maioria de sua população residem nesses locais, exigindo melhor e maior atenção do poder publico.

As novas áreas destinadas à expansão habitacional deverão seguir os princípios que regem o Estatuto da Cidade, na promoção do bem estar social do cidadão, objetivando-se evitar os erros do passado, coibindo o surgimento de bairros espontâneos, carentes de infraestrutura e sem nenhum planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

BARRIOS, Sonia; SANTOS, Carlos. **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

BOADA, Luis. **O espaço Recriado**. São Paulo: Nobel, 1991.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras:** seu controle ou o caos. São Paulo: 1.ed. Studio Nobel, 1989. 143 p. (Coleção Cidade Aberta).

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1982.

_____. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: O planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MAMERI, A. **Pelos Caminhos da História – Pessoas, coisas e fatos de Araguari.** Araguari: 1ª. Ed. ARTGRAF, 1988, p.138.

MIRANDA, M. R. **Araguari e seus bairros:** Uma visão Geográfica. Uberlândia: Departamento de Geografia/UFU, 1998. 54 p. (Monografia).

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade Como um Jogo de Cartas**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.

TOLEDO, Ana Helena Pompeu de; CAVALCANTI, Marly. (Orgs). **Planejamento Urbano em Debate**. São Paulo: 1.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 187 p. (Série: Sociologia e Política).